



RESOLUÇÃO Nº. 369 de 18 de outubro de 2022



(Projeto de Resolução de iniciativa dos Vereadores Luiz Aurélio Pagani, Alessandra Lucchesi de Oliveira e Elias Marcelo Sleiman)

"Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Botucatu".

- O **Vereador RODRIGO RODRIGUES**, Presidente da Câmara Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte:
- Art. 1°. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Botucatu fica alterado na seguinte conformidade:

"Art. 2° ...

..

c) julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

...

- § 5°. A função de controle é de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Subprefeitos, Secretários Municipais, Mesa da Câmara, Vereadores, dirigentes de fundações e de autarquias, mas não se exerce sobre os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- Art. 10. A Mesa será composta de presidente, primeiro e segundo secretários.
- Art. 11. O Presidente da Câmara, em exercício, não pode fazer parte das Comissões Permanentes.

Art. 12. ...

I ...

c) revogar.

IV ...

a) revogar.

VI - devolver à Prefeitura saldo de caixa existente;

VII - efetuar a prestação de contas da Câmara referente a cada exercício financeiro;

Art.14. ...

...

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 7891-G2H1-EMN6-R8UZ - Para validação acesar: https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



II ...

a) votar na eleição da Mesa, na matéria que exigir quórum de maioria absoluta ou 2/3 (dois terços) e nos casos de empate nas votações públicas";



•••

- j) declarar prejudicada a proposição em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objeto, salvo requerimento decorrente de modificação.
- m) incluir na Ordem do Dia da primeira sessão subsequente, sempre que tenha sido esgotado o prazo previsto para sua apreciação, os projetos de lei de iniciativa do Executivo e os vetos por este apostos.

VI...

- d) superintender os serviços administrativos, autorizar, nos limites do orçamento, as suas despesas e requisitar o duodécimo ao Executivo;
- e) comunicar a cada Vereador, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a convocação de sessões extraordinárias durante o período normal ou de recesso, quando a convocação ocorrer fora da sessão ordinária.

• • •

VIII ...

g) revogar.

IX ...

h) credenciar representantes de cada órgão da imprensa/mídia, que o solicitar, para trabalhos correspondentes à cobertura jornalística das sessões.

Art. 25. ...

. . .

IX – participar das Comissões Permanentes.

Art. 27. ...

I - balancetes contábeis que deverão ser publicados no Portal da Transparência. II - balanços anuais que deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas e publicados no Portal da Transparência.

Art. 40. ...

II. ...

. . .

- e) revogar
- g) revogar
- m) revogar
- n) revogar

• • •

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 7891-G2H1-EMN6-R8UZ - Para validação acesar: https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



III. ...

...

- e) revogar
- i) revogar
- j) revogar
- k) revogar



Parágrafo único. Nas hipóteses em que se exige quórum qualificado para aprovação de qualquer proposição legislativa, repetir-se-á a votação quando for obtida apenas maioria relativa de votos favoráveis.

Art. 56. Os Suplentes no exercício temporário da vereança e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

..

Art. 58. As Comissões Permanentes são 7 (sete), compostas cada uma de 03 (três) membros, com as seguintes denominações:

- I Constituição, Justiça e Redação;
- II Orçamento, Finanças e Contabilidade;
- III Obras, Serviços Públicos, Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e Atividades Privadas:
- IV Educação, Cultura, Lazer, Turismo, Meio Ambiente e Agronegócio;
- V Ética, Decoro Parlamentar e Disciplina;
- VI Assistência Social, Defesa do Cidadão, Segurança e Direitos Humanos;
- VII Saúde, Bem-estar e Proteção.

Art. 60. ...

... III ...

i) revogar

IV- da Comissão de Educação, Cultura, Lazer, Turismo, Meio Ambiente e Agronegócio; a) examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico e cultural, aos esportes, às atividades de lazer, à preservação e controle do meio ambiente e produção agropecuária;

b) ...

- 5) serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, turísticos, recreativos e de lazer voltados à comunidade;
- 6) revogar
- 7) revogar
- 8) revogar
- 9) revogar
- 10) revogar





c) examinar e emitir parecer sobre os processos de controle da poluição ambiental, seus aspectos e preservação dos recursos naturais.



VI - da Comissão de Assistência Social, Defesa do Cidadão, Segurança e Direitos Humanos.

...

- f) programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e à pessoa com deficiência;
- g) defesa do consumidor.
- VII da Comissão de Saúde, Bem-estar e Proteção.
- a) exarar parecer sobre as seguintes matérias:
- 1) saúde pública, higiene e assistência sanitária;
- 2) Sistema Único de Saúde e Seguridade Social;
- 3) vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;
- 4) relações de trabalho, segurança e saúde do trabalhador.
- 5) relações de proteção e bem-estar animal.
- Art. 68. Ao relator da Comissão compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 74. ...

- §1°. O pedido de informações dirigido ao Executivo suspende os prazos previstos no art. 70.
- §2º A suspensão mencionada no parágrafo anterior cessará no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo oficio, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.
- §3° A remessa das informações antes de decorridos os 30 (trinta) dias dará continuidade à fluência do prazo suspenso.
- Art. 75. O recesso da Câmara suspende todos os prazos consignados na presente seção.
- Art. 109. A legislatura compreenderá 04 (quatro) Sessões Legislativas, com início cada uma em 1° de fevereiro e término em 23 de dezembro de cada ano, ressalvada a inauguração da legislatura, que se inicia em 1° de janeiro.
- Art. 113. As sessões, ressalvadas as solenes, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constatada eletronicamente ou através de chamada nominal, permitida a presença remota, conforme disposto em regulamento próprio de aplicação da modalidade.





Art. 141. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passar-se-á à explicação pessoal, que é a fase destinada apenas para defender-se de referências feitas à sua pessoa durante a sessão ou para retratação e esclarecimentos de atitudes próprias realizadas durante a sessão em que ocorreu o fato, e, após esta, às comunicações diversas.



...

§4º Os objetivos tratados no caput deste artigo referem-se à retratação e à esclarecimentos de atitudes próprias realizadas pelos vereadores, devendo o orador, no início da explicação pessoal, informar quais os pontos a serem esclarecidos ou retratados, sob pena de indeferimento do pedido de explicação pessoal pelo Presidente".

Art. 198. ...

••

- §7º O Vereador que requerer vista deverá apresentar até o início da sessão subsequente o relatório ou o parecer sobre a matéria em tramitação, que poderá ser anexado ao processo mediante a aprovação do Plenário.
- Art. 201. Compete ao Presidente da Câmara, através de despacho, após a manifestação da procuradoria jurídica e dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento das proposições, encaminhá-las às Comissões que, por sua natureza, devam opinar sobre o assunto.
- Art. 213. Qualquer vereador poderá optar pela "abstenção de voto" ou deixar o Plenário a partir do momento que o Presidente declarar encerrada a discussão, com o fito de obstruir a votação.

Parágrafo único. Concluída a votação, o vereador que tiver se ausentado deverá retornar para a discussão dos demais projetos da Ordem do Dia, sob pena de ser-lhe atribuída ausência à Sessão.

§1° Revogar

§2° Revogar

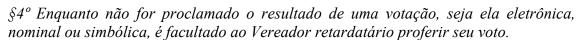
§3° Revogar

- Art. 216. O processo de votação será eletrônico ou simbólico, à exceção do disposto nos §§ 2° e 3° do presente artigo.
- $\S1^\circ$ No processo simbólico de votação, o Presidente convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo, em seguida, à necessária contagem dos votos e à proclamação do resultado.
- §2º Quando a votação não puder ocorrer de forma eletrônica, a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pela maioria dos presentes, o processo de votação será nominal.





§3° No processo nominal de votação, de que trata o parágrafo anterior do presente artigo, será feita a chamada dos presentes pelo Secretário, devendo os Vereadores responder sim ou não, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.





- §5°. O Vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado.
- §6º As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser suscitadas e esclarecidas antes de anunciada a discussão de nova matéria ou, se for o caso, antes de passar à nova fase da Sessão ou de se encerrar a Ordem do Dia.
- Art. 217. Somente quando ocorrer a votação simbólica, após o Presidente ter proclamado o resultado, poderá ao Vereador requerer a verificação nominal da votação, cujo resultado não alterará a decisão do Plenário, na votação simbólica".

Art. 316. ...

III - suspensão temporária do mandato por até 60 (sessenta) dias.

- Art. 320. A suspensão temporária do mandato por até 60 (sessenta) dias será aplicada de acordo com o disposto no art. 326 deste Regimento, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:
- Art. 325. A sanção de suspensão temporária do mandato por até 60 (sessenta) dias será decidida pelo Plenário, pelo quórum de 2/3 dos membros da Câmara, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.
- Art. 330. Recebida denúncia, nos termos dos artigos 327 e 329 deste Regimento, a Comissão promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias."
- Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 18 de outubro de 2022.

Vereador RODRIGO RODRIGUES Presidente

riesideille

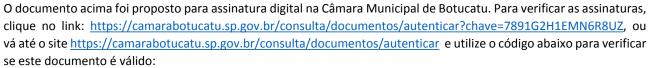
Publicado e Registrado na Secretaria da Câmara Municipal na mesma data.

A Diretora Administrativa
SILMARA FERRARI DE BARROS





Assinaturas Digitais





Código para verificação: 7891-G2H1-EMN6-R8UZ